



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 026/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 11147/2014.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Urucará.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Sr. Felipe Antonio - Prefeito Municipal e Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI - Relatório Conclusivo n.º 01/2015 (fls. 2677/2722).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer n.º 551/2015 – MP/ELCM (fls. 2723/2758), da Procuradora de Contas Dra. Elizângela Lima Costa Marinho.
- 8- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Urucará. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação, com ressalvas, das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando ao Poder Legislativo Municipal a **APROVAÇÃO, COM RESSALVAS**, das Contas do **Sr. Felipe Antônio**, responsável pela Prefeitura Municipal de Urucará, exercício de 2013, com fundamento no art. 31, da Constituição da República c/c o art. 127, da Constituição do Estado do Amazonas.

- 10- **Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 11- **Data da Sessão:** 03 de junho de 2015.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 026/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por RAIMUNDO JOSÉ MICHILES.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 14B89419-44713A4B-7C695D50-46A89F09



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 026/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 026/2015)

1- Processo TCE nº 11147/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Urucará.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Felipe Antonio - Prefeito Municipal e Ordenador de Despesa.

6- Unidade Técnica: DICAMI - Relatório Conclusivo n.º 01/2015 (fls. 2677/2722).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer n.º 551/2015 – MP/ELCM (fls. 2723/2758), da Procuradora de Contas Dra. Elizângela Lima Costa Marinho.

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Urucará. Exercício de 2013.

Contas regulares com ressalvas. Multas. Prazo. Determinação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, em divergência, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:**

9.1 - JULGAR REGULAR, COM RESSALVAS, a Prestação de Contas do Sr. Felipe Antônio, responsável pela Prefeitura Municipal de Urucará, exercício de 2013, com fulcro no art. 71, II, da Constituição da República c/c o art. 40, II, da Constituição do Estado do Amazonas, arts. 1º, II, 4º, 5º, I, e nos arts. 19, II, 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);

9.2 - MULTAR o Sr. Felipe Antônio:

a) com fulcro no art. 308, II, do RI-TCE/AM, em R\$ 13.152,36 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos) em virtude do encaminhamento intempestivo da movimentação contábil referente aos meses de janeiro a dezembro de 2013 por meio do sistema ACP;

b) com fulcro no art. 308, II, do RI-TCE/AM, em R\$ 6.576,18 (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos) em virtude da remessa intempestiva dos relatórios resumidos de execução orçamentária referentes ao 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres do exercício financeiro de 2013;

c) com fulcro no art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96, em R\$ 4.468,41 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos) em razão do atraso na remessa dos relatórios de gestão fiscal (1º e 2º semestre), não inclusão



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 026/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 026/2015)

do campo 643 no sistema GEFIS quando da alimentação do relatório resumido de execução orçamentária (6º bimestre), ausência da declaração prevista no art. 27, V, da Lei n.º 8.666/93, referente ao convite n.º 004/2013, ausência de rubrica dos membros da Comissão de Licitação e dos licitantes presentes nos envelopes das propostas relacionadas ao convite n.º 004/2013, ausência de controle de materiais em estoque no almoxarifado, da ausência de acesso ao público do Relatório de Gestão Fiscal por meio eletrônico, ausência de livro tombo contendo a descrição dos bens e o responsável por sua guarda e manutenção, ausência de anotação acerca da vida funcional dos servidores, pagamento de vencimento dos profissionais da educação básica abaixo do estabelecido nacionalmente conforme decisão do STF na ADI n.º 4167-DF e realização da modalidade convite em desacordo com os procedimentos estabelecidos pelo art. 22, §3º, da Lei n.º 8.666/93;

9.3 - FIXAR prazo de 30 (trinta) dias ao Sr. **Felipe Antônio** para que recolha, em favor dos cofres estaduais, os montantes inerentes às multas aplicadas com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 04/2002 – TCE/AM. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor das multas deverá ser atualizado monetariamente (art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

9.4 - AUTORIZAR, desde já, a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores da condenação, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 04/02-TCE/AM;

9.5 - DETERMINAR à origem que observe, com maior rigor, a Lei n.º 2.423/96 (art. 32, II, “h”), a Lei n.º 8.666/93 (art. 22, § 3º, art. 27, V e art. 43, § 2º), a Lei Complementar n.º 101/00 (publicação em meio eletrônico do relatório de gestão fiscal - art. 48), Resolução n.º 15/13 – TCE/AM (encaminhamento tempestivo dos relatórios resumidos de execução orçamentária), Resolução n.º 21/12 – TCE/AM e Resolução n.º 10/12 – TCE/AM (encaminhamento tempestivo dos dados contábeis por meio do sistema ACP);

9.6 - NOTIFICAR o Sr. Felipe Antônio, bem como seu patrono acerca do desfecho concedido a estes autos.

10- Ata: 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 03 de junho de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

12.1 – Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral